

Eixo Temático

8. Questões Teórico-Methodológicas da História da Educação

Título

PESQUISA PARTICIPANTE EM EDUCAÇÃO E SEUS ASPECTOS SOCIOLÓGICOS, EPISTEMOLÓGICOS E METODOLÓGICOS

Autor

Diogo Marques Tafuri

Instituição

Programa de Pós-Graduação em Educação/ Centro de Educação e Ciências Humanas/ Universidade Federal de São Carlos (PPGE/ CECH/ UFSCAR)

E-mail

diogotafuri@gmail.com

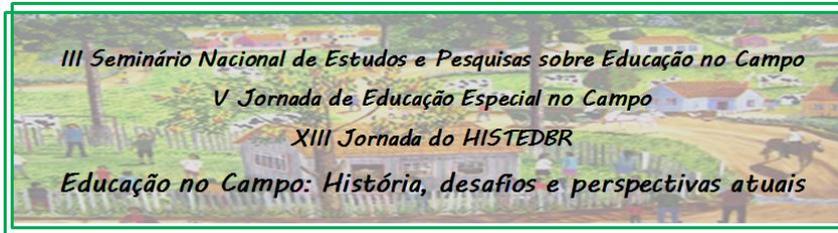
Palavras-chave

Produção de Conhecimento; Educação e Pesquisa Participante

Resumo

O presente artigo pretende apresentar e discutir a Pesquisa Participante enquanto metodologia científica de investigação no campo da Educação, a partir da problematização dos pressupostos de ordem teórica e metateórica inerentes à produção do conhecimento acadêmico, relacionados aos aspectos sociológicos, epistemológicos e metodológicos da pesquisa científica e à coerência dos nexos estabelecidos entre eles. Para tanto, dialogamos com parte da literatura específica ao tema trabalhado, de modo a situar a pesquisa participante enquanto prática de investigação social crítica e alternativa aos métodos positivistas de pesquisa em ciências humanas. Por fim, intentamos ao longo do trabalho compor nossa própria compreensão de pesquisa participante, fundamentada: a) no compromisso ético e político com os grupos oprimidos, o qual parte da observação da negatividade da realidade social totalizante e do reconhecimento das disputas de poder engendradas tanto no seio da estrutura social hierárquica quanto no interior do universo científico; b) na problematização das relações estabelecidas entre sujeitos e objetos de pesquisa, a partir da valorização do papel da convivência metodológica, do reconhecimento à legitimidade do conhecimento popular e da construção dialógica do saber no processo de investigação científica.

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



Texto Completo

A escolha de uma metodologia de pesquisa científica depende, fundamentalmente, da disposição do pesquisador ou da pesquisadora em percorrer certo caminho epistemológico e metodológico que permita a ele(a) a compreensão de aspectos da realidade mundana problematizados por suas questões de investigação. Em nosso entendimento, a preferência por uma ou outra forma de construção do conhecimento, assim como a possibilidade do surgimento das questões de pesquisa e a maneira como tal conhecimento se relacionará com o contexto histórico-cultural em que foi produzido, estão intimamente imbricados com a natureza da sociedade experienciada pelos sujeitos no bojo da diversidade e complexidade da realidade concreta e simbólica da vida cotidiana. Dependem, deste modo, tanto da maneira com que estas realidades mundanas se manifestam (na totalidade de sua estrutura e dinâmica) aos diversos sujeitos em tempos e espaços distintos, como das diferentes formas com que estes compreendem e significam a realidade, agindo perante ela. Se pensarmos desta forma, perceberemos que:

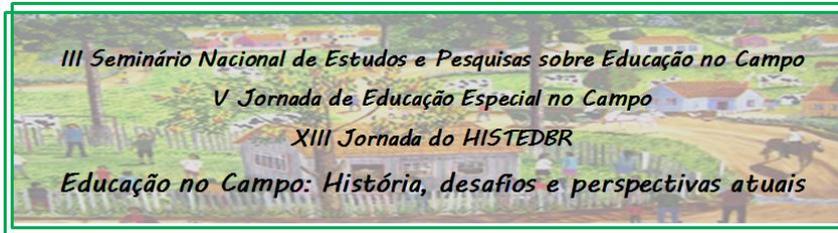
Durante anos aprendemos que boa parte de uma metodologia adequada serve para proteger o sujeito de si próprio, de sua própria pessoa, ou seja, de sua subjetividade. Que entre quem pesquisa e quem é pesquisado não exista senão uma proximidade policiada entre o método (o sujeito dissolvido em ciência) e o objeto (o outro sujeito dissolvido em dado) (BRANDÃO, 1987:07).

Portanto, ao discutir a pesquisa participante enquanto metodologia científica de investigação no campo da Educação, pretendemos fazê-lo a partir da problematização dos “pressupostos de ordem teórica e metateórica” (SCHMIDT, 2006:149) inerentes a toda pesquisa acadêmica, relacionados aos seus aspectos sociológicos, epistemológicos e propriamente metodológicos e à coerência dos nexos estabelecidos entre eles.

Reflexão Sociológica: Enxergando a Negatividade da Realidade Social Contemporânea

Conforme discussão apresentada em artigo anterior (TAFURI, 2012), o filósofo da libertação latino-americana Enrique Dussel (2001a; 2001b) considera que a realização de toda e qualquer atividade de produção de conhecimento parte de escolhas

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015

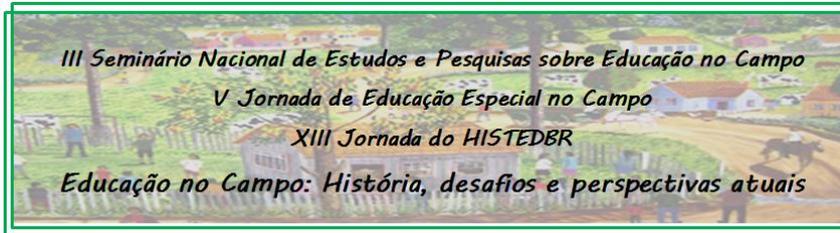


pautadas por uma dada visão e projeto de mundo ou, dito de outra maneira, dentre as diversas e amplas possibilidades colocadas à frente do pesquisador dentro de seu horizonte científico, este sempre vai definir suas estratégias de ação a partir de certo posicionamento político-ideológico, forjado no seio de sua própria cultura. Deste modo, ao analisar o programa científico de investigação de Karl Marx, Dussel (2001a) nos fornece o critério de demarcação que diferencia a realização de uma ciência social funcional, situada em um nível de conhecimento superficial e contido dentro do paradigma científico hegemônico, e a constituição de uma ciência social crítica:

[...] una teoría científico-social no sólo por la posición teórica de lo negativo-material, sino, y esto es constitutivo de la crítico (criterio de demarcación, entonces), por el "ponerse de parte" efectiva y prácticamente "junto" a la víctima, y no sólo en posición observacional participativa, sino como el co-militante que entra en el horizonte práctico de la víctima (negatividad- material) al que se decide a servir por medio de un programa de investigación científico-crítico ("explicativo" de las "causas" de su negatividad) (p. 286).

Segundo o autor, a constituição de uma ciência social crítica pressupõe, em primeiro lugar, uma opção ética por parte dos pesquisadores de buscarem a observação da negatividade da realidade social totalizante para, a partir de tal posição, investigarem aqueles fenômenos geradores de relações de dominação entre os seres humanos. Ademais, para Dussel, também é constitutivo de uma ciência social crítica o compromisso de se colocar junto aos grupos oprimidos, visto que a superação da realidade opressora em que nos encontramos pressupõe uma práxis militante, crítica e intersubjetiva. A trajetória de um pesquisador crítico se inicia, portanto, no bojo deste compromisso com a transformação social, sendo que sua motivação para produzir conhecimento parte justamente das indagações e problematizações surgidas nesta imersão crítica no mundo que o cerca, visto que “[...] es en el momento de poder o no observar en la vida cotidiana hechos posibles temáticos de la ciencia, que la 'opción ética' es constitutiva a priori de la 'criticidad' científica”(DUSSEL, 2001b:308).

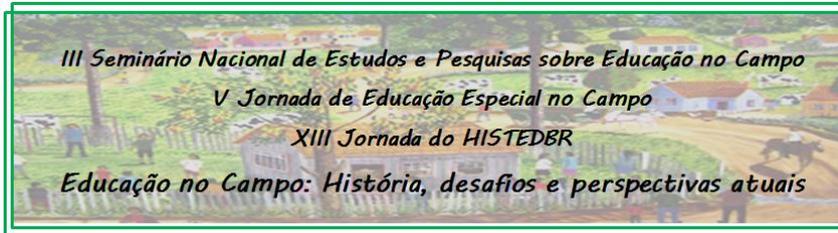
A partir da concordância com o argumento colocado acima, a coerência entre nossa compreensão da realidade social e o compromisso ético e político com os grupos oprimidos, advindo de nossa maneira peculiar de ser e estar no mundo em práxis



intersubjetiva, levou-nos a trilhar e à contribuir, no bojo da produção de conhecimento no campo da Educação, com o caminho já inaugurado pela **pesquisa participante** (BRANDÃO, 1985; 1987), modelo de investigação social que se apresenta como crítico e alternativo aos métodos positivistas de pesquisa em ciências humanas. A pesquisa participante surge no contexto de América Latina durante as décadas de 1960 e 80, a partir de uma série de experiências empreendidas por pesquisadores e militantes políticos no interior de processos e ações de transformação social emergentes, postos em marcha por grupos populares e movimentos sociais urbanos ou rurais. Por se tratarem de experiências de pesquisa e intervenção notoriamente diversas e plurais (inclusive na nomenclatura utilizada para sua designação¹), tais práticas “[...] se originam e re-elaboram diferentes fundamentos teóricos e diversos estilos de construção de modelos de conhecimento social através da pesquisa científica”, não havendo, portanto, “[...] um modelo único ou uma metodologia científica própria a todas as abordagens da pesquisa participante” (BRANDÃO; BORGES, 2007:53). No decorrer da década de 1980, as duas coletâneas de textos organizadas por Carlos Rodrigues Brandão (1985; 1987) cumpriram o papel pioneiro de reunir e sistematizar uma parte das experiências de pesquisa participante empreendidas na América Latina e na Europa, permitindo a emergência de um debate teórico-metodológico mais consistente.

Destarte, podemos anunciar desde já alguns pontos fundamentais de convergência que podem ser estabelecidos entre as diferentes práticas de pesquisa participante, os quais podem ser utilizados como ponto de partida para a discussão mais detalhada, empreendida a seguir, acerca das dimensões epistemológicas e metodológicas da pesquisa em educação. De um modo geral, segundo Carlos Rodrigues Brandão e Maristela Correa Borges (2007), as experiências de pesquisa participante são compreendidas como “[...] um instrumento, um método de ação científica ou um momento de um trabalho popular de dimensão pedagógica e política, quase sempre mais amplo e de maior continuidade do que a própria pesquisa” (p. 53), possuindo para os autores os seguintes princípios comuns:

¹Além de “pesquisa participante”, outros termos foram cunhados para se referir à tais práticas de pesquisa: “pesquisa ação”, “pesquisa participativa”, “auto diagnóstico”, “investigação ação participativa” (BRANDÃO; BORGES, 2007:53).



a) Possui compromisso político-ideológico com as causas dos grupos oprimidos e movimentos sociais e, portanto, com a participação em ações populares que apontem à transformação social; neste sentido, a pesquisa é tomada inexoravelmente enquanto práxis, em sua unidade dialética entre teoria e prática;

b) Tem seu ponto de origem na relação que estabelece com uma perspectiva situada da realidade social e histórica, ou seja, ela necessariamente deve tomar como base de seu trabalho as experiências de vida cotidianas de seus participantes, sem deixar de relacioná-las com a totalidade da vida social e de situá-las historicamente;

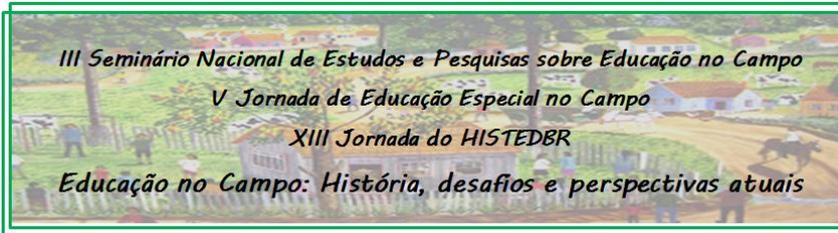
c) Problematiza as relações estabelecidas entre sujeitos e objetos de pesquisa, buscando transformá-las gradualmente em relações entre sujeitos por meio da promoção, de diferentes formas e níveis, da participação popular no processo de investigação. Isto implica necessariamente o reconhecimento, por parte dos pesquisadores acadêmicos, do saber popular enquanto forma igualmente legítima de construção do conhecimento.

Abarcado o nível mais geral de caracterização das práticas de pesquisa participante, vejamos mais detalhadamente o modo como ela “[...] é capaz de aglutinar em torno de si tanto a reflexão epistemológica que interessa à ruptura com o paradigma positivista quanto a apreensão crítica das dimensões éticas e políticas das pesquisas de campo” (SCHMIDT, 2006:13).

Reflexão Epistemológica: a Ruptura com os Princípios Positivistas nas Ciências Humanas

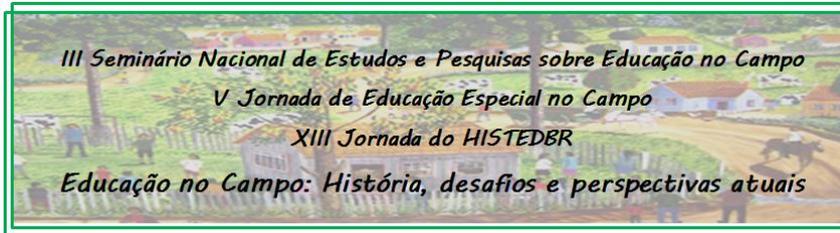
Tido como um dos pilares do paradigma positivista, o princípio da neutralidade política da ciência e da objetividade de seus métodos, procedimentos e atitudes empenhadas por parte dos pesquisadores, ainda é utilizado em boa medida enquanto critério de demarcação e de validade do conhecimento científico (TAFURI, 2014). Neste sentido, uma análise mais cuidadosa acerca da natureza do campo em que se realiza a produção do conhecimento acadêmico nos permite desconstruir em parte tal argumento.

Pierre Bourdieu (1994), em seu estudo sobre o campo científico, rejeita a ideia de que uma comunidade científica é regida apenas pelas normas e disputas restritas ao



universo epistemológico, campo em que se daria a produção de um conhecimento desinteressado, motivado somente pelos imperativos intelectuais colocados a partir do “problema da verdade”. Ao contrário, Bourdieu considera o universo científico como um campo social igual aos demais, *locus* privilegiado de manifestação das disputas de forças específicas, que se dão por meio de lutas e estratégias que são definidas e redefinidas a partir da posição dos agentes dentro das estruturas historicamente determinadas do campo, visando a consecução de interesses e lucros igualmente específicos. Portanto, para o sociólogo francês, no bojo da disputa pela competência e autoridade científica ocorrida no interior do universo acadêmico, os agentes pautam suas ações estratégicas considerando a estrutura da distribuição do capital específico que ao longo do tempo foi sendo construída e cristalizada a partir do contexto em que se realizaram as disputas das forças em jogo.

No sentido apontado por Bourdieu (1994), a própria estrutura do campo científico acaba por definir – não sem disputa, sempre desigual - as instâncias de legitimidade que se colocarão de modo dominante, definindo os “critérios de julgamento” e os “princípios de hierarquização” que determinarão as condições da disputa entre os diferentes grupos em conflito, determinação inexoravelmente político-ideológica. Depreende-se da afirmação antecedente que a questão dos artifícios do jogo da luta científica representar e manifestar as relações desiguais de poder entre seus agentes em certo período histórico, implica também em que as condições de realização das atividades propriamente científicas – ou seja, a própria definição de ciência, a limitação de seu campo de problemas, métodos e teorias que podem ser considerados científicos - esteja em conformidade com os interesses específicos do grupo que detém a primazia no campo acadêmico. Deste modo, qualquer análise a ser empreendida sobre o campo científico deve levar em consideração tanto a dimensão propriamente epistemológica quanto a dimensão política das disputas colocadas em jogo, pois, segundo o autor, “[...] uma ciência neutra é uma ficção, e uma ficção interessada, que permite fazer passar por científico uma forma neutralizada e eufêmica, particularmente eficaz simbolicamente porque particularmente irreconhecível, da representação dominante do mundo social” (BOURDIEU, 1994:148).

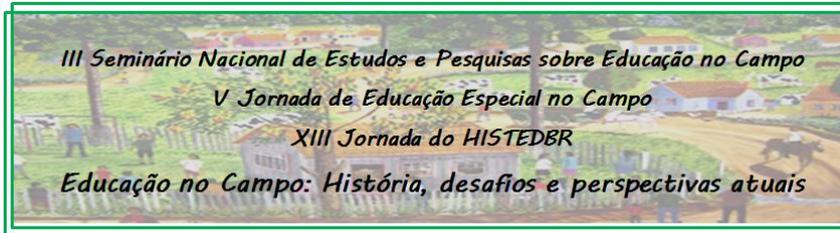


Ao colocar-se explicitamente ao lado e a serviço de projetos populares emancipatórios de transformação social, definição que parte da observação da negatividade da realidade social totalizante e que termina por fundamentar ideologicamente o ponto de partida de suas práticas e discursos, a pesquisa participante reconhece e expressa de modo contundente tanto as disputas de poder engendradas no seio de uma estrutura social marcada por uma rígida hierarquização, quanto aquelas ocorridas no interior do universo científico. Ao fazê-lo, nega que seja possível concebermos a ciência moderna como algo abstrato, em que o “conhecimento em si” fosse sua única finalidade. Além disso, ela se propõe a responder questões que a nosso ver são fundamentais a qualquer pesquisador que se destina a investigar a realidade social: “Qual é o tipo de conhecimento que queremos e precisamos? A que se destina o conhecimento científico e quem dele se beneficia?” (HAGUETTE, 2010:156).

Procedendo de modo a negar por completo a possibilidade de separação entre sujeito e objeto de pesquisa, a pesquisa participante também pode vir a contribuir criticamente com questões relacionadas à dimensão ética e política das pesquisas de campo, pois reconhece que em qualquer interação mediadora entre sujeitos “[...] há um campo complicado de conflitos e resistência, que se expressa através da educação. Que se expressa também através de símbolos, de estruturas de relação, de situações práticas e de processos que têm a ver com a reprodução do saber” (BRANDÃO, 1984:174). É sobre este conjunto de questões metodológicas advindas das práticas de pesquisa participante que pretendemos nos deter a seguir.

Reflexão Metodológica: a Dimensão Ética e Política das Pesquisas Participantes

Talvez a questão mais controversa e debatida no interior das práticas, reflexões e discursos sobre a pesquisa participante esteja relacionada com a natureza da participação realizada tanto pelo pesquisador que se insere em certa prática social popular, quanto pelos diferentes níveis de envolvimento dos agentes populares no processo de pesquisa. Isto se deve à dupla ruptura proporcionada por estas duas vias de participação em relação ao paradigma positivista, o qual ancora a legitimidade do conhecimento científico produzido aos princípios epistemológicos da neutralidade e da objetividade da ciência: por um lado, o engajamento político-ideológico do pesquisador



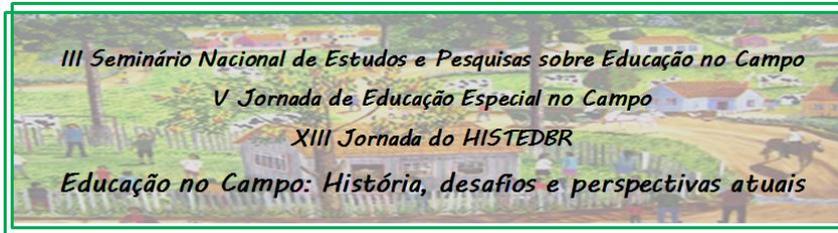
e seu compromisso ético com projetos populares de transformação social, e por outro, a interferência do “objeto” de pesquisa nas etapas de sua construção, comprometeriam o rigor e a cientificidade da investigação.

No que diz respeito à questão do envolvimento político do pesquisador acadêmico com as ações e projetos dos sujeitos de seu estudo, considerando-se as implicações dialéticas existentes entre pesquisa e intervenção, ainda que concordemos que o “[...] trabalho de partilha na produção social de conhecimentos não significa o direito a pré-ideologizar partidariamente os pressupostos da investigação e a aplicação de seus resultados” (BRANDÃO; BORGES, 2007:55), estamos em acordo com Maria Waldenez de Oliveira (2009), para quem:

[...] o compromisso ético e social é ponto de partida e chegada. Falo de um compromisso com a melhoria das condições de vida e saúde da população brasileira, na busca da equidade, do respeito à vida e da dignidade das pessoas, da valorização do saber e cultura populares, da inclusão e controle sociais e da superação de todas as formas de desigualdade e discriminação. O retorno à comunidade dos ganhos ou resultados desses trabalhos não se dá, exclusivamente, no terreno do compartilhamento de informações, mas também na efetiva contribuição social, que deve ser anunciada na justificativa do trabalho, prevista na metodologia e verificada em seus resultados (p. 317).

Se a relação ética e política intencionada pelo pesquisador junto à grupos ou indivíduos oprimidos representa um dos elementos metodológicos fundamentais das pesquisas participantes, constituindo-se como característica comum às experiências latino americanas realizadas neste campo de atuação, a forma e o nível de participação dos sujeitos de pesquisa no decorrer de seu processo de edificação são tratados de modo deveras diverso na literatura específica ao tema. De acordo com Haguette (2010), em algumas experiências e definições de pesquisa participante, a participação efetiva dos grupos e indivíduos estudados em todas as etapas da investigação científica é concebida enquanto princípio essencial deste tipo de pesquisa, servindo deste modo como critério ontológico de discriminação entre as diferentes experiências de estudo. Em nosso caso, compartilhamos da posição de Brandão (1983), o qual substantiva a ideia de participação da seguinte forma:

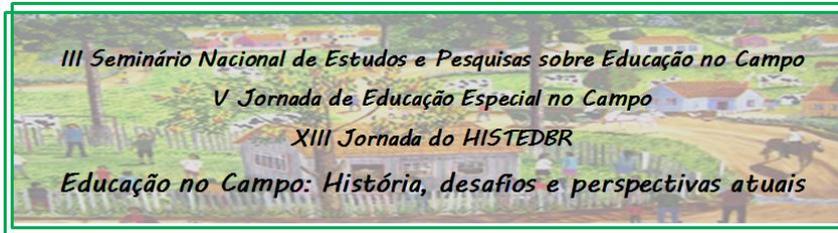
www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



Quero insistir aqui que a questão fundamental não é a da participação de setores populares em atividades de produção científica de conhecimento social. É a da determinação de como aqueles que podem produzir cientificamente tal conhecimento colocam o seu trabalho participando de projetos de efetivo interesse político das classes populares, para que a participação não seja um ardil, mas um serviço. Desde que o horizonte do pesquisador/educador seja o do poder das classes populares e, conseqüentemente, o da realização de transformações estruturais a partir do trabalho político de tais classes, é necessário reconhecer que conjunturas e momentos diferentes definem estratégias diversas de prática de produção social do conhecimento junto às classes populares (p.69).

No entanto, mesmo reconhecendo que as práticas de pesquisa participantes realizadas junto aos grupos populares possam assumir formas distintas e específicas de acordo com a conjuntura histórico-cultural experimentada, acreditamos que alguns aspectos relacionados ao fazer pesquisa merecem ser colocados e debatidos neste texto que se propõe a problematizar e anunciar questões relativas ao repertório metodológico das pesquisas qualitativas em ciências humanas. Estamos nos referindo ao papel da convivência metodológica, do reconhecimento à legitimidade do conhecimento popular e da construção dialógica do saber no processo de investigação científica (OLIVEIRA, 2009). Acreditamos que tais aspectos se implicam mutuamente no fazer ciência, e, se juntarmos a eles o preceito formulado por Brandão (1983) com relação à participação da prática científica no trabalho político dos grupos populares, nos aproximaremos de nossa própria concepção de pesquisa participante.

Compartilhar desejos e sonhos de transformação do mundo com outras pessoas exige, em nosso entendimento, uma aproximação intensa com este *outro* que está para além de nossa própria realidade, para que seja possível o estabelecimento de laços recíprocos de confiança, solidariedade e acolhimento entre pessoas sócio culturalmente distintas. Neste sentido, uma pesquisa participante deve prever em sua metodologia de trabalho a disposição do pesquisador ao ato de conviver de um modo próximo e comprometido com os sujeitos de sua investigação, de modo a que seja possível melhor compreender as nuances e especificidades das ações e relações cotidianas vivenciadas por eles em sua própria realidade social. Segundo Oliveira (2009):

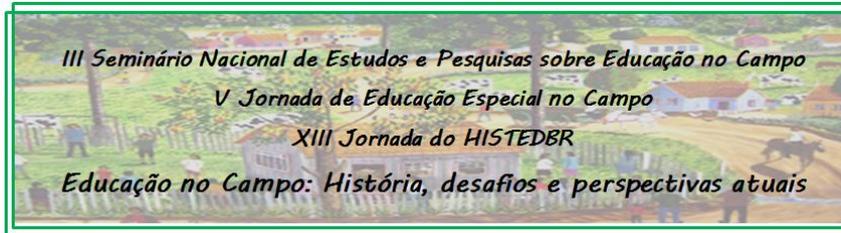


Na convivência, somos incitados e incitadas a procurar e respeitar as diversas manifestações espirituais, materiais e culturais. No encontro com grupos populares tem-se a fala da população, que é quem sabe da vida que vive, e a fala do técnico, que é um saber também de vida, mas recortado pela técnica, pela ciência, pela escolaridade. A relação com o tempo, com o dinheiro, com o consumo é diferente. Reconhecer que somos diferentes não deveria redundar em posturas inferiorizadoras por parte de quaisquer grupos ou pessoas (p. 314-315).

A convivência pode significar, portanto, a possibilidade de reconhecimento e respeito à alteridade representada pelo outro. Tal apontamento nos remete à questão da consideração do saber popular enquanto uma outra forma legítima de construção do conhecimento. Neste sentido, questionando a dificuldade que diversos pesquisadores e outros profissionais que trabalham junto aos grupos populares encontram em interpretar como tais pessoas pensam, percebem e agem no mundo, Victor Valla (1996) afirma que tal dificuldade está intimamente relacionada à uma postura costumeiramente adotada por eles de não aceitar a possibilidade de que os segmentos populares são capazes de produzir conhecimento que sirva para interpretar e explicar a realidade.

Valla (1996) também nos alerta para o risco de nos arrogarmos o direito de nos tornarmos tutores dos grupos populares ao desconsiderarmos sua capacidade crítica de análise da realidade – ou considerarmos tal capacidade insuficiente -, julgando as atitudes – ou a falta de atitude - desta população frente à determinada situação como comportamento que denotaria conformismo e passividade. Outra dificuldade apontada pelo autor em nossa crise de interpretação acerca de tais grupos se refere à incapacidade que temos em compreender não apenas o que está sendo dito por eles, mas também o ponto de partida de suas próprias formulações, ou seja, nos faltaria compreender melhor suas falas em relação a certa experiência de vida, a qual orientaria as formas destas pessoas estarem e agirem no mundo. Conforme escreve Valla (1996):

Os saberes da população são elaborados sobre a experiência concreta, a partir de suas vivências, que são vividas de uma forma distinta daquela vivida pelo profissional. Nós oferecemos nosso saber porque pensamos que o da população é insuficiente e, por esta razão, inferior, quando, na realidade, é apenas diferente (p. 179).

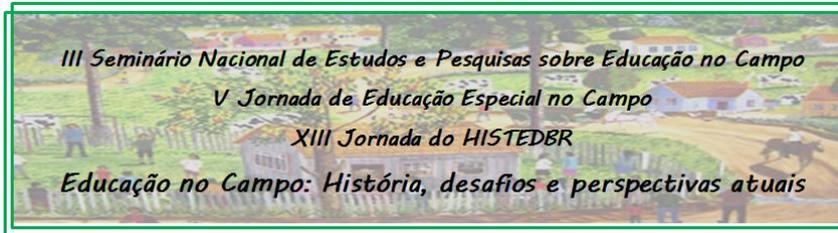


De nossa parte, partilhamos do entendimento de que a relação estabelecida entre diferentes sujeitos no bojo de uma pesquisa participante, expressa na construção de um conhecimento crítico que advém do encontro de subjetividades e do exercício de intersubjetividade, deve implicar necessariamente a busca pela construção e consolidação de relações dialógico-comunicativas². Tais relações encontram terreno fértil para se desenvolverem no decorrer do próprio processo de pesquisa e intervenção, vivenciado a partir de uma “[...] cuidadosa e paciente inserção dos pesquisadores na comunidade, na instituição, no espaço social, num conviver, realizado em interação e confiança” (OLIVEIRA et al, 2009:10). É por isto que, a nosso ver, uma das condições essenciais para que o diálogo possa ocorrer de modo a propiciar a efetiva aproximação entre sujeitos, seja a disposição mútua de acolhimento e respeito presentes nas posturas e atitudes desempenhadas por cada um dos polos da relação comunicativa. Neste sentido, em acordo com Maria Luiza Schmidt (2006):

A composição de saberes, a construção de interpretações, a transposição de distâncias sociais, culturais e psicológicas que o diálogo pode produzir dependem das posições dos protagonistas da pesquisa: transformação e confrontação de identidades e alteridades no interjogo de diferenças são a atmosfera do diálogo. Estas posições resultam da negociação de atitudes e valores e das relações de poder envolvendo a distribuição democrática dos lugares de escuta, fala e ação no decorrer da pesquisa de campo, as formas de apropriação e destinação do saber elaborado e a apreciação de efeitos de dominação e de emancipação do conhecimento e sua divulgação (p. 36).

Por se tratar de um fenômeno essencialmente intersubjetivo de e na construção humana do mundo objetivo, o diálogo entre as pessoas não pode partir de uma situação opressora que implique dominação de uns sobre outros, a negação do direito dos homens e mulheres pronunciarem suas próprias palavras. Enquanto ato de criação e recriação do mundo, o diálogo se instaura como situação gnosiológica (incidência do ato cognoscente dos sujeitos sobre o objeto cognoscível que os mediatiza) e se realiza como um ato de amor e humildade entre os seres humanos (FREIRE, 2011). Ao analisar

²Segundo Paulo Freire (2006), “A comunicação [...] implica numa reciprocidade que não pode ser rompida. Por isto, não é possível compreender o pensamento fora de sua dupla função: cognoscitiva e comunicativa. [...] O que caracteriza a comunicação enquanto este comunicar comunicando-se, é que ela é diálogo, assim como o diálogo é comunicativo (p. 67).

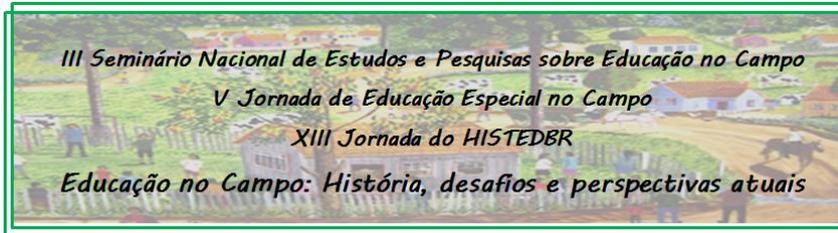


o diálogo enquanto fenômeno humano e sua relação com a prática de uma educação libertadora (portanto problematizadora, e não bancária), Paulo Freire (2011) encontra na palavra a própria essência deste fenômeno. Identifica no ato contínuo e dialético dos homens de ação e reflexão sobre o mundo a fim de transformá-lo os dois elementos constituintes da palavra verdadeira. Ou seja, é somente na *práxis* que a palavra humana pode se revelar enquanto forma verdadeira de pronunciar o mundo, *práxis* esta que não se realiza a partir da relação individual estabelecida entre homens e mulheres com o mundo, mas por meio da comunhão e do diálogo humano mediatizados pelo mundo objetivo. Deste modo, considerando a centralidade do diálogo nos trabalhos de pesquisa participante, compreendemos junto com Oliveira (2009) que:

Ao se realizar trabalhos na busca do diálogo com o outro, tendo o compromisso ético e social como ponto de partida e chegada, aprende-se a convivência e, com ela, a gostar de si e da vida. Aprende-se pessoalmente e profissionalmente e, com isso, ganha-se não só em experiência, mas também com a riqueza do conhecimento construído (p. 318).

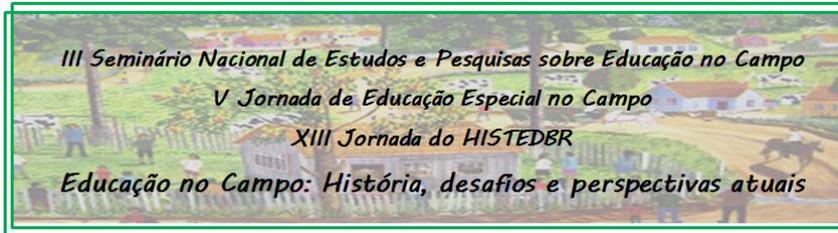
Considerações Finais

O presente trabalho pretendeu situar a pesquisa participante enquanto prática de investigação científica coerente com a proposta de constituição de uma ciência social crítica, em contraposição à realização de uma ciência social funcional, a qual se situa em um nível de conhecimento superficial e que está contida dentro do paradigma científico hegemônico. Desta forma, as pesquisas participantes realizadas desde a década de 1960 na América Latina, eticamente orientadas por (e para) uma *práxis* comprometida com a transformação da realidade social opressora, buscaram a compreensão e permanecem investigando fenômenos sociais geradores de relações de dominação entre os seres humanos. No bojo desta unidade dialética entre teoria e prática, as diversas experiências de pesquisa participante vêm permitindo desvelar o caráter ideológico de alguns dos princípios fundantes do paradigma científico positivista, tais como o da neutralidade e objetividade científica, explicitando as relações e as disputas de poder existentes em todas as dimensões da vida social e trazendo para o seio do campo científico seu caráter essencialmente político.



Referências

- BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo, Ed. Ática, 1994, p.122-155.
- BRANDÃO, C. R. **O ardil da ordem: caminhos e armadilhas da educação popular**. Campinas: Papyrus, 1983.
- _____. **Saber e ensinar: três estudos de educação popular**. Ruth Joffily Dias (Trad.). Campinas: Papyrus, 1984.
- _____. **Pesquisa participante**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. **Repensando a pesquisa participante**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BRANDÃO, C. R. ; BORGES, M. C. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 6, p. 51-62, 2007.
- DUSSEL, E. El programa científico de investigación de Karl Marx. Ciencia funcional y crítica. In: **Hacia una filosofía política crítica**. Bilbao, Ed. Desclée de Brouwer, 2001a, p 279-301.
- _____. Sobre el concepto de 'ética' y de ciencia 'crítica'. In: **Hacia una filosofía política crítica**. Bilbao, Ed. Desclée de Brouwer, 2001b, p.303-318.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 13 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.
- _____. **Pedagogia do oprimido**. 50a. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2011.
- HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 12 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- OLIVEIRA, M. W. Pesquisa e trabalho profissional como espaços e processos de humanização e de comunhão criadora. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 29, n. 79, p. 309-321, set./dez. 2009.
- OLIVEIRA, M. W.; SILVA, P. B. G. E.; GONCALVES JUNIOR, L.; MONTRONE, A. V. G.; JOLY, I. Z. L. Processos educativos em práticas sociais: Reflexões teóricas e metodológicas sobre pesquisa educacional em espaços sociais. In: 32ª reunião anual da Anped: Sociedade, cultura e educação: novas regulações, 2009, Caxambu. **Anais...**, Caxambu: 2009. p. 1-17.
- SCHMIDT, M. L. S. Pesquisa participante: alteridade e comunidades interpretativas. **Psicologia USP**, 17(2), 11-41, 2006.



TAFURI, D. M. As Ações Afirmativas e o Campo Científico: dilemas políticos e epistemológicos para a constituição de uma ciência social crítica. **Políticas Educativas**, v. 05, p. 45-58, 2012.

VALLA, V. V. A crise de interpretação é nossa: procurando compreender a fala das classes subalternas. **Educação e Realidade**. 21 (2), p. 177-190, 1996.